CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 118/70

Aprovado em 22/6/1970

Os Cursos de Letras e de Matemática terão a duração mínima de sete semestres.

PROCESSO N.: 626/69-CEE

INTERESSADO: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PENÁPOLIS
CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

RELATOR: Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro

O sr. Diretor da FFCL de Penápolis solicita a este Conselho "parecer sobre o tempo de duração para as diversas licenciaturas" propostas pela Faculdade.

1 - Histórico:

A referida Faculdade, foi autorizada a funcionar em 1967 (Portaria CEE - n. 8/67 e Decreto estadual 48.039 de 31.5.67), com os cursos de: Desenho, Matemática, Letras (Português) e Pedagogia. A partir de 1968 poderia iniciar a Licenciatura em Ciências (1º ciclo).

O regimento inicial do Instituto, que rege provisoriamente seu funcionamento, instituiu o regime semestral em seus cursos.

Enviado o primeiro projeto de Regimento a este Conselho, após pronunciamento a Assessoria do Planejamento, (item I, fls. 604, do Processo 744/68), alertou foi a Faculdade alertada quanto aos quadros de distribuição de disciplinas e carga horaria, por não se coadunarem com as normas baixadas pelo CFE e pela Portaria Ministerial n. 159/65, sobre o assunto.

Formou-se, a partir daí novo processo, referente ao Regimento da escola o de n. 471/68.

Respondendo é solicitação deste Conselho o sr. Diretor da Faculdade, a 18 de maio de 1968 encaminhou novas cópias do mesmo Regimento, que mereceram nova apreciação da Assessoria de Planejamento. Esta, (fls. 87), entre os itens do Regimento a merecer especial atenção, refere-se à Licenciatura em Matemática, considerando-a não enquadrada na Portaria n. 159/65, quanto ao número de semestres.

O sr. Diretor da Faculdade, após tomar conhecimento da Informação da Assessoria, mediante encaminhamento do Processo à Faculdade pelo sr. Presidente da CES, encaminha a este Conselho projeto de alteração do mesmo regimento. A duração das Licenciaturas (fls. 121 e sgs.), nele indicada é a seguinte:

Pedagogia - 8 semestres - 2.700 horas (art. 5º)
Ciências - 6 semestres - 2.430 horas (art. 8º)
Letras (Português) - 6 semestres - 2.700 horas (art.11)
Matemática - 6 semestres - 2.700 horas (art. 13)
Desenho - 6 semestres - 2.700 horas (art. 15)

Nesse processo, é oferecido um projeto de reformulação da licenciatura em Pedagogia, conforme os últimos diplomas legais sobre o assunto.

Não trataremos, pois, desse curso, o que será feito em outro Parecer. Por outro lado nada temos a dizer sobre a licenciatura em Ciências, que está ajustada às normas legais vigentes.

Quanto às demais licenciaturas é que interessa a Faculdade, o parecer deste Conselho.

Argumenta o Sr, Diretor: (fls. 2 - processo 626/69):

"Os cursos foram programados para execução em 3 (três) anos ou 6 (seis) semestres, conforme estruturação dos mesmos constante do Regimento Interno aprovado. A compressão do tempo, previsto para 4 anos nos respectivos pareceres, fez-se em consonância com a Portaria nº 159/65 do CPE, segundo o seguinte cálculo:

- a) tempo total a ser coberto em horas/aulas - 2.700 horas/aula;
- b) Dias letivos por ano legal 210 ou 105 por semestre;
- c) Semanas por semestre 17 e 1/2.
- d) Horas aula semanais 27

Multiplicando-se 17,5 semanas por 27 horas, encontra-se 472 horas/aula;

Em seis semestres, tem-se um total de 2.832 horas/aula, que cobre sobejamente o proposto para as licenciaturas."

2 - Apreciação:

A referida Portaria Ministerial 159/65 oferece-nos alguns subsídios, que julgamos importante transcrever:

- 1 - Duração do curso: "tempo necessário à execução do currículo respectivo em ritmo que assegure aproveitamento satisfatório e possa, tanto quanto possível, ajustar-se às diferenças de meios, escolas e de alunos." (art. ie)

2 - "Tempo útil; o mínimo necessário para execução do currículo fixado para o curso." (art. 2º)

3 - "Tempo total; o período compreendido entre a primeira matrícula o a conclusão do curso." (art.3º) Diz ainda: "art. 3º; § 1º: O tempo total é variável e resultará, em cada caso, do ritmo com que seja feita a integralização anual do tempo útil, observado o seguinte quadro de referências:

- a) limite mínimo;
- b) termo médio;
- c) limite máximo;"

"art. 3º; § 2º - Em regime semestral ou trimestral, considerar-se-ão pela metade ou pela quarta parte respectivamente, as horas fixadas para integralização anual do tempo útil." Da tabela que acompanha a Portaria, extraímos os' seguintes dados:

Cursos	tempo útil	lim. min.	lim. médio	lim. max.	Enquad. anos
Desenho (licenciatura)	2.700	338	675	772	4
Letras (licenciatura)					
Matemática (licenc.)					
Pedagogia (bacharelado)					

3 - Numa interpretação estrita da Portaria 159 teríamos que concluir que:

- a) Portaria permite o "enquadramento" anual ou semestral dos cursos, em tempo mais ampliado ou reduzido do que o referido na tabela que a acompanha, na qual aquele enquadramento segue os "limites médios" propostos.
- b) a Portaria fixa, entretanto, os limites (máximo e mínimo) de horas/aula (anuais ou semestrais) que não podem ser ultrapassados. (art. 3º)

A concordarmos com esta interpretação, a Faculdade ultrapassou os limites máximos de horas/aula semestrais permitidos (metade de 772, isto é, 386 horas/aula). O máximo de "compressão" permitido pela Portaria 159, no regime semestral, seria de 7 (sete) semestres, e não 6 (seis), para os cursos referidos (desde que 7 vezes 386 horas/aulas são 2.702 horas/aula).

Numa interpretação "latu sensu" da Portaria, considerados: o artigo 1º (que permite ajustar-se a duração do curso ns "diferenças de meios, escolas e alunos") o art. 3º (que diz ser variável o "tempo total" do curso), e obedecida a tabela fixando o tempo útil de licenciatura em 2.700 horas, seria válido o calendário de Penápolis.

É verdade que para tanto teríamos de "esquecer" o art. 3º da Portaria, quanto á observação do quadro de referências que fixa os limites mínimo e máximo (e o termo médio) da integralização anual dos estudos.

E acredito não seja possível fazê-lo, pois a colisão com Portaria ministerial, poderia acarretar, para os alunos, a impossibilidade de registro de diploma para fins profissionais.

Ao que nos consta, outros Conselhos Estaduais tem aceito esse tipo de interpretação, considerando entretanto o curso de caráter experimental. Acreditamos, entretanto, que não seria aconselhável essa solução, sobretudo, se dada "a posteriori" cone seria o caso presente.

É nosso parecer, pois, que deve ser modificado o Regimento da Faculdade, afeiçoando-o à Portaria 159/65, o conseqüentemente acrescentado um semestre letivo às licenciaturas em: Matemática, Desenho e Letras.

Resta-nos, entretanto, uma dúvida para resolução da qual teríamos que ouvir a Colenda Comissão de Legislação e Normas: teria este Conselho o poder de interpretar "latu sensu" a Portaria ministerial nº 159/65?

São Paulo, 16 de março de 1970

aa. Laerte Ramos de Carvalho - Presidente
Amélia Americano Domingues de Castro-Relator
Ademar Freire-Maia
Luiz Cantanhede Filho
Aldemar Moreira (pe.)
Moacyr Expedito Vaz Guimarães